

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 5008281-80.2015.404.0000/RS

RELATOR : LUCIANE AMARAL CORRÊA MÜNCH

AGRAVANTE : MARCELUS ESCOBAR VOMERO

ADVOGADO : JEFERSON LUIS DA SILVA CARVALHO

: VINICIUS MACIEL SANTOS

AGRAVADO : UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto em face de decisão que limitou a reserva no patamar equivalente a 20% do montante devido, *verbis*:

Reautue-se como execução de sentença contra a Fazenda Pública.

Anote-se o valor da execução (R\$ 96.045,92, em 02/2015).

Estendo à parte exequente o benefício da assistência judiciária gratuita concedido no processo de conhecimento.

Curvando-me ao entendimento jurisprudencial sobre o ponto, defiro a reserva dos honorários contratuais, nos termos do art. 22, § 4º, da Lei nº 8.906/94, conforme contrato anexado no evento 156.

Contudo, tomando como base o limite máximo da verba honorária, previsto no art. 20, §3º, do Código de Processo Civil, e a fim de não onerar ainda mais o administrado que teve que se socorrer do Poder Judiciário para alcançar o bem da vida, limito a reserva no patamar equivalente a 20% do montante devido.

Cientifique-se pessoalmente o exequente.

Intime-se.

Sem prejuízo, cite-se a União para, querendo, opor embargos à execução.

*Não interpostos embargos, expeça-se **precatório para a verba principal e requisição de pequeno valor para os honorários de sucumbência**, devendo esta ser expedida em nome da Sociedade de Advogados CARVALHO MACIEL ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S.*

De seus termos, dê-se vista às partes para, querendo, manifestarem-se no prazo de 5 (cinco) dias (art. 10 da Resolução nº 168, de 5 de dezembro de 2011, do Conselho da Justiça Federal).

Havendo concordância ou nada sendo requerido, transmita-se ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Efetuada o pagamento, intime-se o exequente, inclusive pessoalmente, para que, em 10 (dez) dias, efetue o saque do valor diretamente na instituição bancária e diga sobre o cumprimento da obrigação, cientificado de que o silêncio será interpretado como tendo sido plenamente satisfeita.

Apresentada manifestação no sentido da quitação do débito ou decorrido o prazo, venha concluso para sentença.

O agravante propugna pela reforma da r. decisão agravada, sustentando que " é preciso esclarecer que a disposição do art. 20, parágrafo 3º do CPC, aplica-se tão somente aos casos de fixação de honorários de sucumbência, fixados judicialmente, ou seja, não há que se falar em restringir a reserva dos honorários devidos ao advogado ao percentual de 20%, pois não se aplicam às

verbas de natureza contratual". Assim, entende que a decisão recorrida está equivocada neste ponto. Alega ainda que "conforme entendimento jurisprudencial majoritário, a regra geral é a não interferência do Poder Judiciário no percentual convencionado para o pagamento dos honorários contratuais, mas apenas em situações excepcionais, como por exemplo a violação de dispositivos previstos no Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil".

É o relatório.

Decido.

A decisão agravada deve ser mantida.

Este Tribunal já teve oportunidade de apreciar a matéria relativa à limitação do percentual destacado dos honorários contratuais pelo juízo *a quo*, reconhecendo admitida de forma excepcional. Confira-se:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS. DESTAQUE. POSSIBILIDADE. LIMITAÇÃO DO PERCENTUAL DESTACADO. MEDIDA ADMITIDA DE FORMA EXCEPCIONAL. 1. Dispõe o § 4º do art. 22 da Lei nº 8.906/94 que "Se o advogado fizer juntar aos autos o seu contrato de honorários antes de expedir-se o mandado de levantamento ou precatório, o juiz deve determinar que lhe sejam pagos diretamente, por dedução da quantia a ser recebida pelo constituinte, salvo se este provar que já os pagou.". 2. É dizer, independentemente do ajuizamento de nova demanda, tem o causídico o direito de descontar do valor inscrito em RPV ou precatório, conforme o caso, a parcela relativa aos honorários contratados com seu constituinte, desde que ainda não tenham sido pagos. Precedentes do STJ. 3. A respeito da possibilidade de limitação do destaque dos honorários contratuais, a regra geral é a não intervenção do Poder Judiciário no percentual dos honorários contratuais pactuados entre o segurador e seu patrono. 4. Não se afasta, contudo, de forma definitiva a possibilidade de que as cláusulas contratuais relacionadas ao percentual da remuneração devida pelo segurador ao seu patrono sejam revistas pelo Poder Judiciário. 5. Há que se fazer, necessariamente, uma apreciação do contrato à luz dos princípios da boa-fé objetiva, da boa-fé contratual e da vedação ao enriquecimento sem causa de um dos contratantes em prejuízo do outro, tendo como referência as próprias disposições do Estatuto de Ética e Disciplina da ordem dos Advogados do Brasil. 6. Resumindo, tem-se a respeito do tema o seguinte panorama: a regra geral é a não intervenção do Poder Judiciário no contrato de honorários advocatícios. Deve-se, contudo, admitir a redução, pelo juiz, até mesmo de ofício, do percentual da verba honorária contratual naquelas situações em que se mostrar imoderado o montante contratado, tendo como parâmetro máximo para tal verificação a impossibilidade de que a demanda resulte mais benéfica ao advogado do que ao próprio cliente.

(AG 00072268720124040000, CELSO KIPPER, TRF4 - SEXTA TURMA, D.E. 18/09/2013.)

Em seu voto, disse o ilustre relator, *verbis*:

"(...)

Passo, pois, à questão específica da possibilidade de limitação do destaque dos honorários contratuais pactuados entre o segurador e seu patrono.

Dispõe o § 4º do art. 22 da Lei nº 8.906/94 que "Se o advogado fizer juntar aos autos o seu contrato de honorários antes de expedir-se o mandado de levantamento ou precatório, o juiz deve determinar que lhe sejam pagos diretamente, por dedução da quantia a ser recebida pelo

constituente, salvo se este provar que já os pagou.". É dizer, independentemente do ajuizamento de nova demanda, tem o causídico o direito de descontar do valor inscrito em RPV ou precatório, conforme o caso, a parcela relativa aos honorários contratados com seu constituente, desde que ainda não tenham sido pagos. No mesmo sentido aponta a orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, de que são exemplos os seguintes precedentes:

"PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. LEVANTAMENTO DA VERBA. PEDIDO NOS AUTOS. POSSIBILIDADE. O advogado pode requerer ao juiz, nos autos da causa em que atue, o pagamento, diretamente a ele, dos honorários contratados, descontados da quantia a ser recebida pelo cliente, desde que apresente o respectivo contrato. As questões que digam respeito à validade e eficácia do contrato devem ser dirimidas nos próprios autos em que requerido o pagamento. Recurso especial provido."

(STJ, REsp n. 403723/SP, Terceira Turma, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJU 14-10-2002)

"PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS DE ADVOGADO. DESAPROPRIAÇÃO. 1. A Lei nº 8.906, de 4.7.94 (Estatuto da OAB), em seu art. 24, garante aos advogados receberem, de modo autônomo e direto, os honorários advocatícios e os fixados pela decisão judicial, desde que anexe o respectivo contrato, na fase de execução da sentença, deduzindo-se o valor a que tem direito da quantia recebida pelo constituente. (omissis)"

(STJ, REsp n. 295987/SP, Primeira Turma, Rel. Min. José Delgado, DJU 02-04-2001)

"PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CONTRATO DE HONORÁRIOS JUNTADO AOS AUTOS. APLICAÇÃO DO § 4º DO ART. 22 DO ESTATUTO DA ADVOCACIA. 1. A regra contida no § 4º do art. 22 do Estatuto da Advocacia é impositiva no sentido de que deve o juiz determinar o pagamento dos honorários advocatícios quando o advogado juntar aos autos o seu contrato de honorários, excepcionadas apenas as hipóteses de ser provado anterior pagamento ou a prevista no § 5º do mesmo art. 22, não cogitadas no caso em exame. 2. (omissis)."

(STJ, REsp n. 114365/SP, Quarta Turma, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, DJU 07-08-2000)

Não se discute, ainda, que a regra geral é a não intervenção do Poder Judiciário no percentual dos honorários contratuais pactuados entre o segurado e seu patrono, conforme precedente que transcrevo:

"AGRAVO. EXECUÇÃO. RESERVA DE HONORÁRIOS. SOCIEDADE DE ADVOGADOS. POSSIBILIDADE. REDUÇÃO, PELO JUÍZO A QUO, DO PERCENTUAL PACTUADO ENTRE ADVOGADO E CLIENTE. DESCABIMENTO.

1. Se o advogado fizer juntar aos autos o seu contrato de honorários antes de expedir-se o mandado de levantamento ou precatório, o juiz deve determinar que lhe sejam pagos independentemente de nova ação, por dedução da quantia a ser recebida pelo constituente, salvo se este provar que já os pagou.

2. No caso de sociedade de advogados, a verba honorária pode ser diretamente paga a ela, mediante reserva, quando da requisição de pagamento do crédito do mandante, nas hipóteses de referência da sociedade na procuração ou de cessão de crédito em seu favor pelos causídicos mandatários.

3. O art. 20 do Código de Processo Civil regula apenas os honorários de sucumbência, fixados judicialmente, e a discussão dos autos versa sobre os honorários contratados. Dessarte, não há falar em restringir a reserva dos valores devidos ao patrono dos exequentes ao percentual de 20% sobre o montante da condenação, porquanto não se aplicam à verba honorária contratual os limites impostos pelo § 3º do dispositivo processual recém mencionado. Além disso, o percentual fixado contratualmente entre as partes não ofende o disposto nos arts. 36 e 38 do Código de Ética e Disciplina da OAB, porquanto não pode ser considerado imoderado, e o

valor da verba pactuada, somado aos dos honorários sucumbenciais, não ultrapassa as vantagens advindas do feito ao constituínte." (TRF4ªR., AI 0000607-78.2011.404.0000, Sexta Turma, unânime, minha relatoria, D.E. em 07-04-2011)

Tal entendimento, contudo, não afasta de forma definitiva a possibilidade de que as cláusulas contratuais relacionadas ao percentual da remuneração devida pelo segurado ao seu patrono sejam revistas pelo Poder Judiciário, mediante provocação das partes ou mesmo de ofício, tendo em conta o dever de observância dos princípios gerais de Direito e da boa-fé objetiva que recai sobre todos os envolvidos na relação processual.

Significa, em outras palavras, que o exame do contrato de honorários advocatícios apresentado para fins de destaque da verba honorária contratual não deve se restringir à legalidade do instrumento. Há que se fazer, necessariamente, uma apreciação do contrato à luz dos princípios da boa-fé objetiva, da boa-fé contratual e da vedação ao enriquecimento sem causa de um dos contratantes em prejuízo do outro.

Reflexo deste indispensável cotejo de princípios que, como dito, vai além do mero exame de legalidade do contrato de honorários, é encontrado nas próprias disposições do Estatuto de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil que, em seu artigo 36, prevê que os honorários advocatícios devem ser pactuados com moderação. Ainda, no artigo 38 do referido estatuto há expressa previsão no sentido de que, na hipótese de honorários contratuais condicionados ao êxito da demanda, a verba devida ao advogado, acrescida dos honorários de sucumbência, não pode suplantiar as vantagens advindas ao contratante com a demanda.

Assim, parece-me que, ainda que a expressão "os honorários advocatícios devem ser pactuados com moderação" admita certa margem interpretativa, há elementos no próprio Estatuto de Ética e Disciplina da OAB que impõem limites, os quais, uma vez não observados, indicam a contratação de honorários em valores imoderados. As vantagens auferidas pelo cliente são, portanto, o parâmetro que deve ser levado em consideração pelo advogado quando da fixação dos honorários contratuais, não se mostrando compatível com as disposições do próprio Estatuto de Ética e Disciplina da OAB a contratação de honorários que acabem por tornar a demanda mais benéfica ao advogado do que ao próprio autor da ação.

É disso que se trata no caso dos autos.

Conforme bem referido pelo julgador monocrático na decisão constante às fls. 388-392 da ação originária, o valor dos honorários advocatícios contratuais somado ao valor dos honorários sucumbenciais devidos ao patrono da parte autora alcança o montante de R\$ 94.612,83, quantia superior aos R\$ 91.575,69 que são devidos ao próprio segurado, mostrando-se assim, imoderada a fixação dos honorários contratuais que a parte agravante pretende que sejam destacados da execução.

Assim, mostra-se compatível com as disposições do Estatuto de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil a excepcional intervenção do Poder Judiciário para o fim de que seja limitado o desconto dos honorários contratuais pactuados entre a parte autora e seu patrono no caso do presente feito.

A propósito, reproduzo esclarecedor trecho da decisão proferida pelo julgador monocrático em que fica claro que é neste sentido o entendimento que já foi adotado em julgamento proferido no âmbito da Comissão de Ética e Disciplina da OAB-SP, senão vejamos:

"(...) O Conselho de Ética da OAB-SP, em julgamento sobre a questão de processo previdenciário, fixou entendimento de que fere a ética a estipulação total de honorários contratuais acima de 30% (aí incluídos honorários de sucumbência e contratuais). Em sendo o limite máximo, deve ser aplicado em processos complexos, no que certamente não se enquadra o presente caso.

Eis a ementa do julgamento do Conselho de Ética:

"HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. BASE DE CÁLCULO SOBRE AS PARCELAS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA E SEQUENCIAL DETERMINADA POR SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO. LIMITES ÉTICOS PARA A FIXAÇÃO DOS PERCENTUAIS COM BASE NA TABELA DA OAB E ATENDIDOS OS PRINCÍPIOS DA MODERAÇÃO E DA PROPORCIONALIDADE.

Na advocacia previdenciária, tanto nas postulações administrativas quanto nas ações de conhecimento, o advogado pode cobrar até 30% do proveito obtido pelo seu cliente, nos termos dos itens 82 e 85, da tabela de honorários emitida pela Seccional de São Paulo da OAB. Será atendido o princípio da moderação e proporcionalidade se no limite dos 30% estiverem incluídos os honorários de sucumbência, podendo a base de cálculo dos honorários incluir o total das prestações vencidas acrescido de doze prestações vencidas.

Os princípios da moderação e da proporcionalidade mandam que a base de cálculo para a incidência de honorários sobre as parcelas de prestação continuada e sequencial determinadas pelo comando sentencial, deva ser sobre os valores vencidos até a prolação da sentença transitada em julgado com mais 12 parcelas a vencer. No caso das reclamações trabalhistas, das ações previdenciárias e das relativas a acidentes do trabalho, em que o percentual pode ser de até 30%, por se tratar de advocacia de risco e não haver sucumbência, não haverá antieticidade em sua cobrança por parte do advogado. O advogado deve atentar para que haja perfeita consonância com o trabalho a ser executado, com as exigências e ressalvas estabelecidas nos artigos 35 a 37 do CED, que regem a matéria, sob pena de infringência à ética profissional. Precedentes: Proc. E-3.769/2009, Proc. E-3.696/2008, Proc. E-1.771/98, Proc. E-1.784/98, Proc. E-2.639/02, Proc. E-2.990/2004, Proc. E-3.491/2007, Proc. E-3.683/2008 e Proc. E-3.699/2008. Proc. E-3.813/2009. v.u., em 15/10/2009, do parecer e ementa do Rel. Dr. CLÁUDIO FELIPPE ZALAF. Rev. Dr. LUIZ FRANCISCO TORQUATO AVOLIO. Presidente Dr. CARLOS ROBERTO FORNES MATEUCCI." (...)"

E prossegue o julgador a quo apontando, ainda, que não é noutra sentido o entendimento do e. Superior Tribunal de Justiça a respeito do tema, verbis:

"(...) importante também lembrar que o Código de Ética e Disciplina da OAB, em seu preâmbulo recomenda que, como imperativo de conduta, o advogado deve "exercer a advocacia com o indispensável senso profissional, mas também com desprendimento, jamais permitindo que o anseio por ganho material sobreleve a finalidade social de seu trabalho".

Foi nessa direção que o Superior Tribunal de Justiça, em decisão recente, reconhecendo a ocorrência de abuso de direito em contratação de honorários advocatícios com pessoa hipossuficiente, reduziu o montante fixado de acordo com a cláusula quotas litis, determinando que a base de cálculo, naquela hipótese, corresponda a 30% do total da condenação imposta, somados o benefício econômico reconhecido e os honorários sucumbenciais fixados em favor da parte vencedora (Recurso Especial nº 1.155.200, Relatora do Voto Vencedor a Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, Superior Tribunal de Justiça, data do julgamento: 22/02/2011, DJe 02/03/2011).

Em seu voto, consignou a eminente ministra naquele julgamento:

'As circunstâncias da causa permitem aferir o nexo causal necessário para a caracterização da lesão. Uma pessoa que tem apenas instrução primária não teria condições de compreender o exagero da contraprestação a que se obrigara, notadamente porque os operadores do direito têm conhecimento de que a exigência de contrato quota litis mediante pagamento de 50% do benefício econômico da parte é algo absolutamente incomum. A desconexão entre a postura manifestada pelos recorridos e os usos e costumes quanto à matéria também indicam a existência de clara lesão à boa-fé objetiva que deve permear as negociações preliminares, à celebração e à execução do contrato.

Reconheço, portanto, tomando o princípio da boa-fé objetiva como cânone de interpretação do contrato ora discutido, a ocorrência do abuso de direito (art. 187 do CC/02) e de lesão (art. 157 do CC/02).(...)"

*Resumindo, tem-se a respeito do tema o seguinte panorama: a regra geral é a não intervenção do Poder Judiciário no contrato de honorários advocatícios. Contudo, **tenho que se deve admitir a limitação do destaque da verba honorária contratual, até mesmo de ofício pelo juízo da execução, naquelas situações em que se mostrar imoderado o montante contratado, tendo como parâmetro máximo para tal verificação a impossibilidade de que a demanda resulte mais benéfica ao advogado do que ao próprio cliente.***

Assim, no caso dos autos, tenho que andou bem o magistrado singular ao limitar o destaque da verba honorária contratual, devendo ser integralmente mantida a decisão monocrática.

Ante o exposto, voto por negar provimento ao agravo."

Logo, a reserva deve se dar no limite de **20% do montante devido**, consoante bem decidido pelo juízo a quo, esclarecendo que a base de cálculo desse percentual é o total da condenação **somados o benefício econômico reconhecido e os honorários sucumbenciais fixados em favor da parte vencedora**, sem contudo interferir no contrato acordado entre as partes. Assim, no que excede este percentual (20%), o acerto deve se dar diretamente sem reserva.

Por esses motivos, indefiro o pedido de efeito suspensivo.

Intimem-se. À parte agravada para contrarrazões. Após, voltem conclusos para julgamento.

Porto Alegre, 06 de março de 2015.

Des. Federal LUCIANE AMARAL CORRÊA MÜNCH
Relatora

Documento eletrônico assinado por **Des. Federal LUCIANE AMARAL CORRÊA MÜNCH, Relatora**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **7401181v4** e, se solicitado, do código **CRC 9B64ACA**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): Luciane Amaral Corrêa Münch

Data e Hora: 12/03/2015 14:30
